

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.063 - PR (2019/0010084-9)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **WERLLY & MIRIAN VARGAS LTDA - MICROEMPRESA**
ADVOGADOS : **ÁLCIO MANOEL DE SOUSA FIGUEIREDO - PR028192**
: **RONALDO CHILANTI - PR069194**
AGRAVADO : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADO : **LUIZ FELIPE CONDE - PR082890**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por WERLLY & MIRIAN VARGAS LTDA. - MICROEMPRESA contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE AUTOMÓVEL. PERDA TOTAL. NEGATIVA DE COBERTURA. INGESTÃO ALCOÓLICA. ENTENDIMENTO DO STJ. EMBRIAGUEZ DETERMINANTE PARA O ACIDENTE. COMPROVAÇÃO. CONDIÇÕES DE TRAFEGO FAVORÁVEIS. CONDUTOR COM REFLEXOS ALTERADOS. SENTENÇA MODIFICADA. RECURSO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 768 do CC; 1.022, 489 e 383, inciso II, do CPC.

Alega, em síntese, que "a simples afirmação constante no Boletim de Ocorrência não é suficiente para eximir a Recorrida do pagamento do prêmio de seguro, haja vista que o próprio contrato de seguro firmado entre as partes, exige prova incontestável pela seguradora [...]".

E continua:

23. Neste passo, não se pode presumir, como feito no acórdão embargado, que a simples relação entre as boas condições da pista e a ocorrência do acidente teve como única forma razoável de explicar o evento a ingestão de bebida alcoólica, mormente porque limitou-se a dar amplitude a esse fato, não se atendo, em momento algum, a precisar, peremptoriamente, que a causa exclusiva do acidente foi a embriaguez da condutor.
[...].

27. Não existe nos autos, prova de que a embriaguez foi causa determinante do acidente, o que assegura a reforma do v. Acórdão recorrido.

É o relatório. DECIDO.

2. Não há falar em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o Egrégio Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Além disso, basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais.

3. Também não se verifica a alegada vulneração do artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015, por ausência de fundamentação no acórdão, o qual apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas.

O teor do acórdão recorrido resulta de exercício lógico, ficando mantida a pertinência entre os fundamentos e a conclusão. Ao contrário, verifica-se mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação do referido dispositivo e o eventual provimento do recurso nessa parte.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. VIOLAÇÃO DO ART. 489, § 1º, IV E VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. Indicação do dispositivo legal violado. Ausente. Súmula 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. [...].

3. Inexiste afronta ao art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

4. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo agravante em suas razões recursais, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

5. O recurso especial não pode ser conhecido quando a indicação expressa do dispositivo legal violado está ausente.

6. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1665837/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 23/06/2017) - g.n.

4. No mais, a jurisprudência desta Corte é no sentido de que a embriaguez não é causa apta, por si só, para eximir a seguradora de pagar a indenização pactuada. Ao revés, para se excluir a responsabilidade da seguradora diante destes casos, faz-se necessária a prova de que a embriaguez foi a causa determinante para a ocorrência do sinistro.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA. INGESTÃO DE BEBIDA ALCÓOLICA. AGRAVAMENTO DO RISCO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE PROVAS. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC.

INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, após a análise do conjunto probatório dos autos, chegou à conclusão que a embriaguez do condutor do veículo, segurado, foi a condição determinante para o agravamento do risco e a ocorrência do acidente de trânsito. Dessa forma, para desconstituir a convicção formada pelas instâncias ordinárias far-se-ia necessário incursionar no substrato fático-probatório dos autos, o que é defeso a este Tribunal nesta instância especial em face do óbice da súmula 7 do STJ.

2. "É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que a embriaguez do segurado, por si só, não enseja a exclusão da responsabilidade da seguradora prevista no contrato, ficando condicionada a perda da cobertura à efetiva constatação de que o agravamento de risco foi condição determinante para a ocorrência do sinistro". Precedentes desta Corte.

3. A parte agravante não trouxe, nas razões do agravo regimental, argumentos aptos a modificar a decisão agravada, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1576747/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/4/2016, DJe 18/04/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO DE AUTOMÓVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. CAUSA DETERMINANTE DO SINISTRO. AGRAVAMENTO DIRETO DO RISCO OBJETO DO CONTRATO. INVERSÃO DO JULGADO. VEDAÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Consoante o art. 768 do Código Civil, "o segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato". Logo, somente uma conduta imputada diretamente ao próprio segurado e que, por culpa ou dolo, agrave o risco contratado dá azo à perda da indenização securitária.

2. Com relação especificamente ao seguro de automóvel e à embriaguez ao volante, não basta a constatação de que o condutor ingeriu bebida alcoólica para afastar o direito à garantia. Deve ser demonstrado que o agravamento do risco objeto do contrato se deu porque o segurado estava em estado de ebriedade, e essa condição foi causa determinante para a ocorrência do sinistro, ou porque permitiu que o veículo segurado fosse conduzido por pessoa embriagada. Nessa última hipótese, todavia, a responsabilidade do segurado esgota-se com a entrega das chaves ao terceiro.

3. Se o tribunal local, com base nos fatos e nas provas da causa, concluiu pela existência de nexo de causalidade entre a embriaguez do segurado e o acidente de trânsito, chegar a conclusão diversa encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 411.567/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/11/2014, DJe 10/11/2014)

No caso dos autos, o Tribunal *a quo*, com base no exame do material fático-probatório carreado aos autos, ao contrário do que alega a parte agravante,

reconheceu que a ingestão de bebida alcoólica pela parte agravante foi a causa determinante do acidente. Confira-se trecho do acórdão nesse sentido:

Neste viés, extrai-se do Boletim de Ocorrência (mov. 1.5), que o condutor trafegava de dia, em pista reta, plana, seca, sinalizada, sem restrições visuais e com bom estado de conservação, quando perdeu o controle do veículo, invadindo a pista contrária e atingido automóvel estacionado em uma via marginal.

Como se vê, o condutor trafegava em boas condições quando perdeu o controle do veículo, não restando dúvidas que a ingestão alcoólica (mov. 1.5) influenciou diretamente na ocorrência. Aliás, em se tratando de automóvel de propriedade de pessoa jurídica, é certo que este era conduzido por indivíduo experiente, com plena capacidade para realizar manobras defensivas, restando claro que os reflexos do condutor estavam alterados.

Sobre o tema, confira-se:

[...].

Deste modo, afasto a condenação da seguradora, levando em conta que a ingestão alcoólica foi determinante para o acidente, tendo o segurado agravado intencionalmente o risco.

O acórdão que apreciou os embargos de declaração também consignou que:

Prosseguindo, o embargante aponta a existência da contradição no acórdão, sob a alegação de que aplicação do entendimento do STJ foi feita erroneamente. No entanto, não há qualquer contradição, isto porque, **o julgado demonstrou os elementos que levaram a aplicação do precedente, baseando-se nas condições de tráfego, rota do veículo e sinais de embriaguez salientada pelo Boletim de Ocorrência (mov. 13.1).**

Vejamos:

“Neste viés, extrai-se do Boletim de Ocorrência (mov. 1.5), que o condutor trafegava de dia, em pista reta, plana, seca, sinalizada, sem restrições visuais e com bom estado de conservação, quando perdeu o controle do veículo, invadindo a pista contrária e atingido automóvel estacionado em uma via marginal.

Como se vê, o condutor trafegava em boas condições quando perdeu o controle do veículo, não restando dúvidas que a ingestão alcoólica (mov. 1.5) influenciou diretamente na ocorrência. Aliás, em se tratando de automóvel de propriedade de pessoa jurídica, é certo que este era conduzido por indivíduo experiente, com plena capacidade para realizar manobras defensivas, restando claro que os reflexos do condutor estavam alterados.”

Consigne-se, a propósito, que o Boletim de Ocorrência goza de presunção relativa de veracidade (STJ - AgRg no AREsp 209262/SC), presunção esta que não foi ilidida nos autos por qualquer outra prova.

Nesse contexto, para se desconstituir a premissa adotada pela Corte de origem, segundo a qual a causa determinante do sinistro decorreu em razão de embriaguez, seria necessário reexaminar o contexto fático probatório dos autos, providência incabível em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. EMBRIAGUEZ DO CONDUTOR. CONDIÇÃO DETERMINANTE DO ACIDENTE. AGRAVAMENTO VOLUNTÁRIO DO RISCO. DEMONSTRADO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A EMBRIAGUEZ E O ACIDENTE. RISCO NÃO COBERTOS PELA APÓLICE DE SEGURO. PRECEDENTES. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 05 E 07/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 746.787/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 26/06/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ DETERMINANTE. AGRAVAMENTO DO RISCO. REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revisão de cláusulas contratuais e revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem examinou a prova dos autos, para concluir que o condutor do veículo estava embriagado no momento do acidente, e que essa condição foi determinante para o agravamento do risco e a ocorrência do acidente de trânsito. Alterar esse entendimento é inviável em recurso especial.

3. Conforme entendimento do STJ, se a embriaguez do segurado for causa determinante do sinistro, ele deixa de fazer jus à indenização securitária, ante o agravamento do risco contratado.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no AREsp 806.556/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 14/12/2016)

5. Por fim, impõe-se anotar que a incidência da Súmula 7/STJ prejudica o exame do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Nesse sentido: REsp 1.086.048/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 21/06/2011, DJe de 13/09/2011; EDcl no Ag 984.901/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 16/03/2010, DJe de 05/04/2010; AgRg no REsp 1.030.586/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 30/05/2008, DJe de 23/06/2008.

6. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

